

1 **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**
2 **ATA DA VIII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

3 Tema: Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica e do Sistema Nacional de Gerenciamento
4 de Recursos Hídricos - SINGREH – atribuições e desafios do CBHSF
5

6 Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, no SALÃO
7 MANUEL BANDEIRA do Hotel MAR RECIFE da cidade de Recife - PE, teve início a Sessão da
8 VIII Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF – tendo por
9 mestre de cerimônia o Senhor Geraldo Santos que iniciou a reunião convidando para compor a
10 Mesa as seguintes autoridades: o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco,
11 Doutor Jorge Khoury; o Secretário do Estado de Pernambuco da Secretaria de Ciência,
12 Tecnologia e Meio Ambiente, Doutor Cláudio Marinho, que representou, nesta ocasião, o
13 Governador do Estado de Pernambuco, Doutor Jarbas Vasconcelos; o Diretor Presidente da ANA
14 – Agência Nacional de Águas, Doutor José Machado; o Vice-Presidente do Comitê da Bacia
15 Hidrográfica do São Francisco e Secretário de Meio Ambiente, de Minas Gerais, Doutor José
16 Carlos Carvalho; o Secretário Executivo do Comitê da Bacia do São Francisco, Senhor Anivaldo
17 Miranda; representando o Doutor João Bosco Senra, Secretário Nacional de Recursos Hídricos, o
18 Doutor Márley Caetano de Mendonça; o Vice-Presidente da ABRH – Associação Brasileira de
19 Recursos Hídricos, Doutor Raimundo Garrido; a Secretária Executiva de Meio Ambiente da
20 Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, Doutora
21 Alexandrina Sobreira; e os Coordenadores das Câmaras Consultivas do São Francisco: Câmara
22 do Alto – Senhor Thomaz Mata Machado; Câmara do Médio – Senhor Edson Ribeiro; Câmara do
23 Submédio – Senhor Rômulo Leão da Silva. O mestre de cerimônia informou que o Coordenador
24 da Câmara Consultiva do Baixo, por motivo de saúde na família, não estava presente.
25 Representando o Baixo, estava o Senhor Anivaldo Miranda, que é o Secretário Executivo deste
26 Comitê. Foi convidado a usar da palavra o Doutor Jorge Khoury, Presidente do Comitê, que
27 saudou a todos, fez menção ao apoio permanente que o Comitê tem recebido da Agência
28 Nacional de Águas, agradeceu à equipe da ANA, na pessoa de seu Presidente, Doutor José
29 Machado e sinalizou como um dos principais pontos da reunião a discussão sobre a Agência de
30 Bacia, tendo como expectativa definições concretas sobre esta questão até o final do ano de
31 2006. Citou também não ser possível deixar de falar do Projeto da Transposição do São
32 Francisco, dizendo não para os membros, mas para os visitantes, que, na verdade, o Comitê tem
33 uma posição clara com relação ao assunto, pois ficou definido no Plano de Recursos Hídricos da
34 Bacia do São Francisco, como instrumento legal, que o uso externo das águas da Bacia, desde
35 que fosse para abastecimento humano e dessedentação animal em área de comprovada
36 escassez, não haveria nenhum problema dentro da possibilidade hídrica da Bacia. Lembrando
37 que a água para atividade econômica, conforme o Plano de Recursos Hídricos priorizará as
38 atividades, inicialmente, na Bacia, para depois se pensar em outros tipos de uso fora dela.
39 Salientou que outros temas também seriam discutidos, como a questão da revitalização e a
40 questão do Semi-Árido, além de uma série de assuntos internos ao Comitê. Doutor José Machado
41 fazendo uso da palavra: cumprimentou a todos, citou a presença de vários membros da equipe da
42 ANA. (Doutor Oscar Cordeiro – Diretor, e os técnicos, Senhor Alan Lopes, Senhora Ana Carolina
43 Farias, Senhora Rosana Garjulli e Senhor Pedro Meohas). Observou a importância de que todos
44 saibam que a Agência Nacional de Águas tem uma responsabilidade muito grande no processo de
45 construção do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e que este Comitê,
46 especificamente, é prioridade para a referida Instituição. Lembrou que, na condição de Presidente
47 da ANA, esta foi a sua primeira participação em uma Reunião Plenária deste Comitê. Salientou
48 que vem estabelecendo um intenso relacionamento com alguns dirigentes do CBHSF, citando os
49 nomes do Doutor Jorge Khoury e Doutor José Carlos Carvalho. Para o Doutor José Machado, o
50 mais importante é o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
51 Conclui sua fala, salientando que o sucesso do Sistema Nacional de Recursos Hídricos depende
52 da implementação dos instrumentos de gestão nesta Bacia Hidrográfica. Na seqüência, falou o
53 Doutor Cláudio Marinho. Agradeceu pela oportunidade de estar presente nesta Reunião Plenária e
54 citou que o Governador, Doutor Jarbas Vasconcelos, tem duas frases que gosta de citar, todas as

55 vezes que trata da questão que ele delegou, do ponto de vista técnico, à Secretaria de Ciência,
56 Tecnologia e Meio Ambiente. A questão do São Francisco. Primeiro, ele gosta de repetir
57 publicamente a condição de Estado doador-receptor de Pernambuco. É o único Estado nesta
58 condição, em qualquer discussão que haja sobre a transposição e a integração da Bacia.
59 Condição, portanto, muito peculiar que leva a analisar com duplo cuidado esta situação. Na sua
60 exposição, defendeu a extensão e o ramal do Eixo Leste, assim como o ramal do Agreste, que é
61 crucial para a sobrevivência do Agreste Pernambucano, falando em abastecimento urbano, como
62 a prioridade, tal qual a que se refere este Comitê. Tem uma outra questão em relação à
63 Transposição e Integração de Bacias que é a questão do Eixo Norte. Novamente, ele afirma que o
64 Governador diz “não podemos ser egoístas se identifica e está deixando a nós, porque não é
65 atribuição dele, definir se é ou não necessária a Transposição dos Estados Setentrionais”. Mas, se
66 se identifica essa necessidade para dessedentação, para abastecimento humano, que seja para o
67 Estado de Pernambuco, já que não se pode ser Estado doador-receptor, em sua consciência.
68 Afirma que não se pode ter a condição de passagem dessa água, mera e simplesmente. Cita
69 ainda que Transposição e/ou Integração não pode ser discutida de forma desvinculada da
70 Revitalização, mas também não pode ser imobilizada a discussão da utilização desses recursos
71 em função de uma discussão – vamos dizer assim – mais emocionada só da Revitalização. Para
72 tanto, propõe que o Governo Federal aprove a PEC que está no Congresso Nacional, referendado
73 nesta exposição, pelo Governo do Estado de Pernambuco. Antes que a Mesa fosse desfeita,
74 registrou-se a presença da Doutora Luciana Houry - Promotora de Justiça que também é
75 Coordenadora Interestadual das Promotorias de Justiça de Defesa do São Francisco. Desfez-se a
76 Mesa, dando início aos trabalhos com alguns avisos da Senhora Yvonilde Medeiros: o primeiro
77 referia-se a uma alteração na ordem da pauta por solicitação do palestrante, Senhor Francisco
78 Viana. O tema a Outorga, o CERTOH e Cadastro de Usuário, que seria apresentado pela manhã,
79 às 10 horas, foi alterado para este presente dia, às 17 horas, de modo que não houvesse prejuízo
80 de tempo. Um outro ponto exposto tratou do Requerimento de Urgência. Foi esclarecido que,
81 regimentalmente, são necessários trinta dias de antecedência da Reunião Plenária para que se
82 encaminhem todos os documentos pertinentes, inclusive deliberações, moções, que venham a ser
83 motivo de discussão e aprovação em Plenária. A Câmara Técnica de Outorga e Cobrança sofreu
84 renovação de seus membros em outubro de 2005. Em paralelo, houve a constituição de mais uma
85 Câmara Técnica – a Institucional Legal. Assim, em função destas Câmaras serem muito novas,
86 não houve condição para a elaboração dos temas em tempo hábil. Então, propõe-se a mudança
87 da metodologia da Plenária. Os temas que forem assuntos de deliberação e aprovação serão
88 colocados logo após a apresentação desses temas. Estes serão discutidos em Grupos de
89 Trabalhos, divididos por segmentos - Sociedade Civil, Usuários e Poder Público – construídos e
90 encaminhados pela parte da manhã e apreciados e votados, no período da tarde. Por fugir dos
91 termos do Regimento Interno do CBHSF, se faz necessário apreciação da Plenária com $\frac{3}{4}$ (três
92 quartos) de assinatura para a sua aprovação. O Requerimento de Urgência foi lido e encaminhado
93 para assinatura. Avisou-se, em seguida, que quem quisesse apresentar alguma proposta ou
94 alguma moção teria até este presente dia, às 18h, para encaminhá-las. Após os avisos, o mestre
95 de cerimônia apresentou a Secretária Administrativa da SECEX e pediu que todos que tivessem
96 passagens pagas pela ANA entregassem a ela o canhoto de embarque. Anunciou as exposições
97 do Doutor Jorge Houry e do Senhor Anivaldo Miranda a respeito das Atividades Desenvolvidas
98 pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. A mesa foi presidida pelo Doutor José
99 Carlos Carvalho. O Doutor Jorge Houry apresentou o que foi realizado pela atual Diretoria, no
100 ano de 2005, na administração pela atual diretoria. Citou que não faltou apoio com relação ao
101 tempo e acrescentou que, depois da Reunião de Pirapora, desenvolveram-se ações voltadas à
102 estruturação do Comitê. Em seguida ao Encontro de Pirapora, foram feitos trabalhos de
103 identificação de prioridades de investimentos, com a definição de valores para o incremento das
104 ações no Plano da Bacia do São Francisco. Foram feitos contatos com a ANA, a OEA, o GEF São
105 Francisco, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente e no
106 Banco Mundial para definir questões de recursos para funcionamento deste Comitê. Também
107 foram tópicos da discussão, a definição de questões concernentes à modelagem da Agência e
108 qual seria a personalidade jurídica que esta Agência deveria ter. Informou que há uma Comissão
109 cuidando da questão da PEC, fazendo referência ao comentário proferido pelo Secretário Doutor
110 Cláudio Marinho e que o Senador Antonio Carlos Valadares propõe 0,5% do orçamento da União
111 seja locado para revitalização hidroambiental do São Francisco. Acrescentou que essa Comissão

112 ainda não apresentou um relatório final, porém apresentou e discutiu os percentuais do orçamento
113 da União e dos royalties envolvidos. Outro aspecto que considerou negativo é que a proposição
114 do Relator é que esse recurso saia das agências que estão gerando energia no país. O que
115 significa dizer que é mais um complicador já que companheiros do Paraná, de São Paulo e outros
116 Estados, do norte do País, que não estão na Bacia do São Francisco, iriam também tirar esses
117 10%, já estando incluso um valor que vai para os Estados e Municípios. Com esta proposta
118 diminuiria 10% dos Estados e Municípios. O projeto teve origem no Senado, se ele for modificado
119 na Câmara, terá que voltar ao Senado. O que mais se tem defendido é que a Câmara pudesse
120 aprovar o projeto como veio, em sua origem. Referiu-se também à participação da Comissão
121 Executiva para discussão e elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, ressaltando que
122 a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente o está elaborando e que se
123 encontra em fase de conclusão. Também com relação ao Cadastro dos Usuários, afirmou
124 acreditar que esse trabalho vai dar, rapidamente, ao Comitê uma posição sobre os usuários de
125 toda Bacia. Fez referência à questão do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias que aconteceu
126 no município de Ilhéus, na Bahia, informando que o CBHSF se fez presente da mesma forma que
127 se fez presente no Congresso Anual da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, em
128 João Pessoa. Neste evento, participou de uma Mesa onde foi debatido o tema do Programa de
129 Transposição do São Francisco. Informou que o CBHSF fez chegar ao Presidente da República a
130 carta de Minas Gerais, mas que não havia obtido resposta. Posteriormente, foi feita uma
131 correspondência para a Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, solicitando uma audiência e que
132 também não havia obtido nenhuma resposta ao pleito. O CBHSF esteve participando de uma
133 Audiência Pública no Tribunal de Contas da União acerca do Projeto da Transposição, tentando
134 diretamente falar com o Ministro Benjamim, que é o relator desse Projeto. Teve como resultado,
135 que algumas alterações ocorreram, entre tantas, a questão dos valores dos recursos, onde os
136 técnicos entenderam que havia um excesso de quatrocentos e tantos milhões no orçamento em
137 função do Projeto que se estava apresentando. O CBHSF também esteve junto ao IBAMA
138 formulando questionamentos com relação à forma de licenciamento ambiental dado ao Projeto de
139 Transposição. Também esteve no Conselho Nacional de Recursos Hídricos fazendo o mesmo
140 questionamento. Outro evento em que o CBHSF se fez presente foi sobre a posição do Bispo
141 Dom Luís Cappio, sobretudo no município de Cabrobó onde este Comitê se posicionou solidário
142 ao Bispo. Expôs ainda que, para surpresa de todo o Comitê, sem nenhum entendimento prévio,
143 houve um convite da Presidência da República, através de sua Secretaria Geral, por parte da
144 Ministra Interina, juntamente com o Ministro Ciro Gomes para uma reunião no dia seguinte, em
145 Brasília, cujo título é um Seminário a cerca do Projeto do São Francisco e do Semi-Árido.
146 Informou que o convite chegou na segunda-feira, 05 de dezembro de 2005, e que o Comitê emitiu
147 uma satisfação demonstrando reconhecimento pela iniciativa e desapontamento pelo momento e
148 pela falta de espaço para pronunciamento. Acrescentou que todas as ações apresentadas
149 ocorreram do mês de junho até o mês de dezembro de 2005. O Senhor Anivaldo Miranda seguiu
150 com a palavra, complementando as informações dadas pelo Presidente. Citou a criação das
151 agendas do Conflito e a Propositiva que é a do dia-a-dia, da construção, da gestão democrática e
152 compartilhada das águas do São Francisco. Cita a visita à Ministra Marina Silva e que fizeram
153 dela a interlocutora com o Governo Federal, em condições difíceis diante do conflito surgido, pois
154 o Governo Federal deveria encaminhar a questão de maneira participativa, e não o fez. Reforça a
155 dificuldade de agir sem a Agência da Bacia, e com os recursos limitados. Enfatiza novamente a
156 construção da Agência de Bacia, durante o ano de 2006. Propõe que o Comitê aprove uma moção
157 dirigida ao Governo Federal para que os recursos da ANA sejam substancialmente aumentados.
158 Lembra que foram implantadas as Câmaras Consultivas e as Câmaras Técnicas e que seus
159 participantes fazem um trabalho voluntário. Explicita a necessidade de apoio forte ao trabalho das
160 Câmaras Consultivas, já que estas dão capilaridade às ações do Comitê. Para tanto, salientou a
161 necessidade de um mínimo suporte administrativo. Fazendo referência ao Programa de
162 Revitalização, lembrou a participação no Comitê Gestor, que somente se reuniu para elaborar
163 critérios que não foram respeitados. Citou algumas atividades no processo de comunicação e
164 retornou à crítica a organização do Programa de Revitalização, demonstrando inconformismo com
165 a estrutura dos NAPs, das COLMEIAS, uma série de instâncias paralelas ao Comitê. Além disso,
166 afirma que não há uma regra clara a seguir, quando da análise dos projetos acabando pelo
167 engavetamento dos mesmos. Acredita que o Comitê já é o espaço que congrega as diferentes
168 instâncias governamentais não vendo o porquê da existência de instâncias paralelas. Lembrou

169 ainda a participação do debate na mídia, quando o Presidente compareceu ao debate na TV
170 Educativa, enfrentou discussões áridas.

171 Doutora Alexandrina Sobreira, antes de passar a palavra ao Dr. José Machado, lembrou que este
172 é um momento importante, porque o Estado de Pernambuco está fazendo a revisão da Política
173 Estadual de Recursos Hídricos. Doutor José Machado falou do esforço do Comitê e da ANA para
174 implementação dos instrumentos de gestão, notadamente a questão da Agência de Bacia.
175 Citando os esforços para apoiar a Secretaria Executiva do Comitê, o chamado escritório técnico, o
176 embrião da Agência de Bacia. Afirmou que vem repassando recursos para o Comitê, com
177 dificuldades porque há, evidente escassez de recursos. Para o próximo ano, 2006, a ANA não
178 sabe qual o orçamento que vai ter porque essa matéria ainda depende de aprovação do
179 orçamento da União, no Congresso Nacional. O que coloca em risco a implementação do Sistema
180 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pois o ano que vem é um ano atípico, é um
181 ano eleitoral, em que os prazos serão muito mais restritos para viabilizar convênios e repasses.
182 Os recursos que serão aplicados no CBHSF serão “mix”, tendo que fazer uma composição de
183 fontes, de esforços para que não se crie uma solução de descontinuidade dos esforços que já se
184 está fazendo. Tem-se uma fonte que está localizada no Projeto de Revitalização do São
185 Francisco, da qual foram repassados a ANA, quatrocentos mil reais disponíveis para serem
186 aplicados na viabilização dos instrumentos de gestão – notadamente, da Agência. Isso já é viável.
187 Estar-se-á disponibilizando não somente financeiros, mas recursos humanos, criando uma
188 Unidade Administrativa Descentralizada com a colocação de técnicos da ANA. Acrescentou que a
189 ANA tem a possibilidade também de criar uma estrutura de recursos humanos qualificados para
190 se integrar com a Secretaria Executiva já que dispõe de condições para terceirização. A ANA não
191 pretende, ao fazer essa descentralização, se sobrepor ao Comitê nem criar aqui uma intervenção,
192 busca na verdade fortalecer a instituição Comitê. O expositor cita a importância de se discutir a
193 cobrança e a maior participação dos usuários. O Doutor Oscar Cordeiro preside a mesa seguinte,
194 agradece o convite e fala rapidamente do papel das Agências, lembrando que no Brasil, pela
195 nossa Lei, o Comitê do São Francisco, é o “Parlamento das águas”, um espaço decisório por
196 excelência. Fala da figura da Agência, que na legislação é a instância que funciona como o
197 “braço” executivo do Comitê. O Comitê decide e a Agência faz. Apresenta alguns mapas e
198 lâminas mostrando a importância da Agência e cita os casos AGEVAP e PCJ. Na seqüência, o
199 Senhor Patrick Laigneau apresenta a própria experiência nas Agências de Bacia Francesas, não
200 do ponto de vista tecnocrático do sistema, mas a experiência em curso - prática, trazendo
201 elementos concretos, lembrando que a cobrança é uma pequena parte do que representa a
202 Agência de Bacia. Ele faz um pequeno comparativo entre a Bacia do Rhône Méditerranée Corse e
203 a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Afirmo que lá o Comitê de Bacia se manifesta e vai
204 eleger os membros do Comitê que vão compor o Conselho de Administração. É esse Conselho
205 que vai decidir a implementação da Agência. Um ponto fundamental que já foi levantado pelo
206 Diretor da ANA é que ela só funciona se as pessoas quiserem. No caso, a vontade dos usuários é
207 absolutamente fundamental. Fez relação da Agência com o Estado e as formas de
208 sustentabilidade pela cobrança e pelo recurso repassado a fundo perdido. A Doutora Maria
209 Aparecida Vargas, que é a Secretária Executiva do Comitê do Paraíba do Sul e também
210 Presidente do Conselho Gestor da Agência do Paraíba do Sul fala do porquê ser Secretária
211 Executiva do CEIVAP e Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, citando ser a
212 evolução que tiveram desde a criação da Associação. Fala que a AGEVAP é uma associação
213 civil. Ela foi criada em 2002 e só após a Lei 10.881, recebeu a função de Agência de Bacia, em
214 setembro de 2004. Tem como associados os membros do CEIVAP, que solicitam a sua admissão
215 na Assembléia Geral dessa associação. É uma associação de 60 usuários. Com um Conselho de
216 Administração de 19 associados, apresentou as dificuldades para a implementação e as formas
217 de funcionamento. Por achar que precisa haver uma maior interação entre os Comitês, convida o
218 CBHSF para que também acompanhe as reuniões no Paraíba do Sul. A Senhora Yvonilde
219 Medeiros segue com a exposição sobre a Bacia do São Francisco mostrando a proporção em
220 termos de área, de população, de complexidade, com uma diversidade cultural, social, econômica,
221 política, institucional para os estudos da Agência que já iniciaram a partir dos trabalhos das
222 Câmaras Técnicas. O Doutor Paulo Paim, que é Secretário Executivo do Conselho Estadual de
223 Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, fez o relato das apresentações, lembrando que foram
224 apresentações bastante objetivas, mas tem meia dúzia de frases importantes que destacou da
225 fala do Oscar e que se refere à questão da diferença clara entre a Agência e o Comitê de Bacia, a

226 dificuldade de implantação da cobrança, as relações de poder entre Agência e Comitê e o
227 processo de implantação da Agência no São Francisco. Após o almoço, houve a reunião dos
228 Grupos de Discussão divididos por segmentos: Usuários, Sociedade Civil e Poder Público com o
229 objetivo de promover o processo de discussão por segmento integrante da composição do
230 CBHSF, para obtenção do entendimento de cada um desses grupos sobre os seguintes aspectos:
231 definição da Agência e qual o papel que desempenha junto ao Comitê de Bacia na gestão de
232 recursos hídricos, e a relação entre o instrumento cobrança pelo uso dos recursos hídricos e
233 atribuições da Agência, além da definição de possíveis encaminhamentos. Concluída a discussão
234 dos Grupos, foram organizados os grupos dos Usuários, do Poder Público e da Sociedade Civil. O
235 Senhor Alexander Max coordenou a mesa. O expositor o Senhor Francisco Viana, que é
236 Superintendente de Outorga e Cobrança da ANA falou sobre as bases legais institucionais, dos
237 conceitos e especificamente do que foi solicitado, por exemplo, como se procedeu a outorga da
238 ANA, como foi emitido o Certificado de Sustentabilidade Hídrica, baseado em que pressupostos e
239 a parte do Cadastro dos Usuários que está também em desenvolvimento sob sua coordenação
240 dentro da gestão da ANA. Tratou das outorgas emitidas e sobre a sustentabilidade técnica.
241 Afirmou que existe um Plano de Bacia, que a parte essencial, a parte geral, foi alocada, prevista e
242 aprovada no Comitê (faz referência a Resolução 17 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos),
243 mas o que se refere à parte da água nos Estados, ainda não foi aprovado (limites e critérios para
244 a outorga). Diz ser importante chamar a atenção para esta questão. Na seqüência, a Doutora
245 Luciana Khoury falou do acompanhando que vem fazendo a este Comitê de Bacia, citando que
246 faz uma interpretação bastante diferenciada do expositor em termos de que atribuição tem o
247 Comitê, em relação à deliberação sobre outorga externa, os critérios específicos de limites em
248 termos de outorga externa e, por isso, considera que tem um entendimento bem diferenciado do
249 que a ANA considerou deva ser a outorga – resultando em preventiva, em princípio, e depois a
250 definitiva. Falou das atribuições do Comitê e citou várias passagens de leis e resoluções que
251 embasam o seu posicionamento. O Senhor Alex Gama expôs a respeito da outorga, do CERTOH
252 e do Cadastro no que diz respeito às opiniões da ANA, e da Câmara Técnica e do Comitê. Na
253 abertura para o debate, a Senhora Yvonilde Medeiros fez três perguntas com relação à questão
254 relacionada com a disponibilidade hídrica. O Senhor Hugo Pereira perguntou sobre a
255 apresentação de um projeto que tinha algumas defasagens de obras hídricas, o açude Castanhão,
256 a questão da carcinicultura no Rio Grande do Norte, demanda e custo da água. O Senhor Valmir
257 Pedrosa responde ao Senhor Hugo citando parcialmente o trecho do CERTOH e abordando a
258 comunicação entre ANA, mídia e Ministérios. O Senhor Antônio Gomes dos Santos (Toinho
259 Pescador) aborda a posição do Governo de defender a transposição. Em seguida, defende a
260 necessidade de revitalização e critica o IBAMA por não fiscalizar. O Doutor Howard Alves cita a
261 situação crítica de seu Estado e a descrença no Projeto de Transposição como obra pública. O
262 Senhor José Cisino fala sobre a questão de operação do sistema e demonstrou preocupação com
263 o atendimento à população do Projeto. O Senhor Roberto Lobo expôs que todos esses projetos da
264 apresentação, tanto da Outorga como do CERTOH, subdimensionam a demanda na Bacia
265 doadora quando diz que o consumo foi de 90 metros cúbicos por segundo em 2005 e chegará ao
266 máximo a uma duplicação de 260, em 2025. Afirma que ele só tem 90 hoje porque esses Projetos
267 estão parados. Fez referências a subvalorização da disponibilidade hídrica dos receptores e do
268 inverso em relação aos doadores. O Senhor Francisco Viana responde a todas as questões
269 reiterando os dados de sua apresentação. O Senhor Alan Lopes segue com as exposições,
270 apresentando os dados pertinentes à disponibilidade hídrica. Observou que a ANA, na análise de
271 outorga, não gerou dados, mas consolidou os números do Plano de Bacia, os Planos Estaduais
272 sobre a oferta e demanda hídrica nas bacias receptoras, inclusive, aprovados pelos Governos dos
273 Estados. Salientou que os Planos Estaduais divergiam muito em termos de metodologia de
274 obtenção de disponibilidade hídrica das águas dos açudes, demandas, etc. Afirmou que o
275 Ministério da Integração também havia feito estudos de oferta e demanda hídrica, nos “Estudos de
276 Inserção Regional do Projeto de Transposição”. Nesse estudo havia um balanço de oferta e
277 demanda da região que seria atendida com o Projeto, que tentava reunir todos os dados e era
278 mais uniforme na metodologia. Todavia, como esse estudo, em alguns casos, divergia nos
279 números dos Planos Estaduais, foi solicitado pela ANA ao Ministério de Integração a ratificação e
280 a validação desses dados pelos Órgãos Gestores Estaduais. Esses órgãos, então, ratificaram
281 formalmente os dados dos estudos do Ministério da Integração e se comprometeram a considerá-
282 los em seus futuros Planos de Recursos Hídricos. Portanto, nas análises da ANA, foram usados

283 dados oficiais de Planos de Recursos Hídricos ou dados do Ministério da Integração ratificados
284 pelos Estados. O Senhor Alan Lopes prosseguiu apresentando dados em lâminas sobre a Nota
285 Técnica da ANA. No dia 09 de dezembro de 2005, o início da reunião ocorreu às 9h10, e durante
286 dez minutos, foi feita uma apresentação do DVD sobre a Reunião de Pirapora. Foi informado pelo
287 Senhor Geraldo que os interessados em uma cópia, dessem nome e endereço, para que a
288 encomenda fosse feita. A primeira mesa foi coordenada pelo Doutor Jorge Khoury. Compuseram
289 a mesa, ainda, os Senhores Thomaz Mata Machado, Edson Ribeiro e Rômulo Leão. O tema para
290 a discussão foi o Programa de Revitalização do São Francisco. Todos os Coordenadores de
291 Câmaras Consultivas informaram sobre o processo em curso do Programa de Revitalização ao
292 longo da Bacia. O Doutor Jorge Khoury citou ter acordado com o Doutor Maurício Laxe um
293 encontro para o mês de janeiro/06, para definir o andamento do Programa, sobretudo no que se
294 refere ao orçamento para 2006. Citou também a presença da Senhora Mylène Cunha e a Senhora
295 Márcia Rodrigues que assessoram o Senhor Maurício Laxe, neste Programa, expondo que, se
296 eventualmente houvesse algum questionamento por parte de Coordenadores da Mesa para com o
297 Dr. Maurício Laxe, deveriam responder dentro do possível. Todos os Coordenadores
298 apresentaram, principalmente, críticas ao desenvolvimento do Programa, a estrutura dos NAP's e
299 COLMEIAS. Foi citada também a pouca atuação do Comitê Gestor do Programa, condição
300 indispensável a sua boa execução. Dra. Mylène Cunha fez algumas intervenções tentando melhor
301 explicar a estratégia de execução do Programa. O Senhor José Holanda fez breve exposição em
302 relação ao desenvolvimento do Programa de Revitalização na Região do Baixo São Francisco,
303 complementada pelo Senhor Anivaldo Miranda. Ainda sobre o Programa de Revitalização falaram
304 os Senhores Hugo Pereira, Rômulo Leão e Roberto Lobo. Em suas falas, ratifica-se a
305 necessidade de urgente avaliação sobre o processo de condução do Programa no âmbito da
306 Bacia. O Senhor. Anivaldo Miranda afirma que o CBHSF enviou uma mensagem muito clara ao
307 Governo, no sentido de querer participar do Programa de Revitalização enfatizando que o Comitê
308 precisa ser chamado para ser instado, precisa ter oportunidade para poder participar efetivamente
309 do Programa de Revitalização. O Senhor Rômulo Leão enfatizou que, em reunião ocorrida em
310 Paulo Afonso, foi dito que a única COLMÉIA que está funcionando na Bacia do São Francisco é a
311 de Pirapora sendo encaminhado que a partir de Janeiro/ 2006 reunir-se-ão todos os
312 representantes do Programa de Revitalização, mais o NAP e o Comitê, para discutir entre outros,
313 o funcionamento das COLMÉIAS e salas verdes. A Doutora Sílvia Freedman sugeriu ao
314 Presidente do CBHSF a revisão territorial das COLMÉIAS instituídas em toda a Bacia do São
315 Francisco. A Mesa seguinte continuou sendo presidida pelo Doutor Jorge Khoury e foi composta
316 pelo Doutor Ronaldo Lopes, Secretário de Estado de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do
317 Estado de Alagoas e pelo Senhor Paulo Paim e pela Senhora Rosana Garjulli que, na condição de
318 expositora, apresentou alguns fundamentos, objetivos e pressupostos para o plano de trabalho da
319 Câmara Técnica de Articulação Institucional, destacando o Parágrafo Único, de seu regimento
320 interno "essa Câmara deverá atuar em estreita articulação com os respectivos Sistemas Estaduais
321 de Gestão de Recursos Hídricos - entendam-se aí Órgãos Gestores, Comitês de Bacias, demais
322 Câmaras Técnicas do CBHSF, Conselhos Estaduais – e com as Câmaras Consultivas Regionais.
323 Falou, também, da importância da articulação com os Comitês Afluentes e com as demais
324 instâncias da Bacia, uma vez que a esta Câmara cabe, em princípio, a responsabilidade de
325 trabalhar as questões relacionadas às Agências de Bacias e ao Pacto de Gestão das Águas do
326 São Francisco. Afirmou que há um recurso na ANA, no valor de quatrocentos mil reais, voltado à
327 questão dos estudos para a criação da Agência de Bacia e, ainda, que seria fundamental que o
328 CBHSF definisse o conteúdo desses estudos, através de Termos de Referência. Salientou a
329 necessidade desta Câmara Técnica elaborar um plano de trabalho para todo o ano. O Doutor
330 Jorge Khoury agradeceu à Senhora Rosana Garjulli e disse acreditar ser esta uma das mais
331 importantes Câmaras do Comitê. O Doutor Roberto Lobo e a Senhora Yvonilde Medeiros fizeram
332 algumas observações complementares sobre o funcionamento da CTAI. O Senhor Anivaldo
333 Miranda e o Senhor Hélder Bayma foram chamados à mesa e fizeram a apresentação sobre os
334 trabalhos da área de comunicação a serem desenvolvidos em apoio ao programa de trabalho do
335 Comitê. Eles apresentam os grandes desafios para que se implante um Plano de Comunicação,
336 sem recursos, falaram do site que tem origem no programa GERPO. Afirmaram que será feito um
337 concurso interno no CBHSF, para a definição da marca do Comitê. Em seguida, a Senhora
338 Simone de Moraes foi convidada para falar sobre o fórum dentro do site e as emissoras de rádio
339 comunitárias. Pediu à Plenária que colaborasse no cadastramento de rádios e jornais que existam

dentro da Bacia do São Francisco, enviando esta informação para o Comitê. A Senhora Malu Follador apresentou o Programa de Comunicação interna e externa e citou a tentativa de se fazer a segunda Revista do CBHSF. Também fez alusão à necessidade de reimpressão do folder. A Senhora Rosana Garjulli ressalta a necessidade de se conferir transparência ao Comitê. Para tanto, sugeriu que todas as deliberações e atas estivessem expostas no site do CBHSF. Ainda em sua fala, ressaltou a importância do Programa de Rádio para melhorar a comunicação do CBHSF com a sociedade. Lembrou que no período de renovação eleitoral, ela percebeu o quanto a população ainda é desinformada sobre o Comitê. O Doutor Jorge Khoury parabenizou o esforço do grupo e, antes de encerrar os trabalhos da mesa, atendeu ao Doutor Howard Alves que colocou a disposição e o interesse do Estado de Sergipe em sediar a próxima reunião plenária do Comitê, observando ser esse Estado, o único da Bacia que ainda não sediou uma Reunião Plenária do colegiado. A Mesa se manteve e passou-se a discutir sobre a Nota de Representação dos Povos Indígenas no Comitê. O Senhor Anivaldo Miranda apresentou os fundamentos da Nota e recordou que na Reunião de Pirapora os companheiros representantes das comunidades indígenas encaminharam uma demanda para aumento de sua representação no Comitê. Como encaminhamento, a Diretoria enviou o pleito para apreciação da Câmara Técnica Institucional Legal. Também fala da necessidade dos indígenas se apropriarem mais do Comitê, no sentido deste ser um canal para exteriorizarem suas informações. O Doutor Jorge Khoury agradeceu a exposição, em nome da Secretaria Executiva e passou a palavra à representante da Câmara Técnica Institucional, Senhora Yvonilde Medeiros, para fazer os comentários. Houve a leitura da Nota Técnica, apresentada pelos povos indígenas do Nordeste, exigindo a ampliação de vagas para a etnia negra, valorização de técnicas alternativas de captação de água e pedido que a Diretoria Executiva possibilitasse os imediatos encaminhamentos pertinentes. Salientou que qualquer representação muda de alguma forma o peso da representação dos Estados. O peso de representação dos segmentos. Qualquer alteração desse tipo exige uma alteração do Regimento. Propôs que se constituísse a Câmara Técnica e, nesse caso, uma Câmara Técnica que já foi considerada a Câmara Técnica de Minorias. Acrescentou que essa Câmara Técnica seria constituída de representantes dos povos indígenas, representantes dos quilombolas e outros, que dependendo do critério, também constituiriam a Câmara Técnica. A constituição da Câmara Técnica é condição primeira para o encaminhamento do pedido dos povos indígenas para que se amplie o número de vagas para dois membros titulares e dois suplentes. Uma alteração do Regimento requer uma Reunião Plenária, especificamente convocada para esse fim. O Senhor Aurivan Barros (Neguinho Truká) interveio esclarecendo o pleito e lembrando que os indígenas querem ser respeitados pelos princípios legais, já que em uma nação indígena não existe Município, Estado ou Federação. Enfatizou que é diferente dos outros segmentos sociais já que, cada povo é um povo, cada um com seu próprio modo de se organizar e cada um sendo diferente culturalmente. Critica o nome da CT Minorias e fala até em processo de discriminação. A Senhora Yvonilde Medeiros lembra que o Comitê tem um conjunto de regras, constituídas com o próprio Comitê, que é o seu Regimento Interno e que quando não se está satisfeito com ele, se pede uma alteração. Responde ao Senhor Aurivan Barros (Neguinho Truká) que o CBHSF não está fazendo discriminação a ninguém. O Doutor Jorge Khoury agradeceu e sugeriu a alteração do nome da Câmara Técnica. Pediu que a proposta de composição da Câmara Técnica fosse mais tarde apresentada pelo representante indígena para votação da plenária. A Doutora Luciana Khoury, falou da necessidade de se levar a cabo a reivindicação dos indígenas e propôs a alteração do nome da Câmara Técnica de Populações Tradicionais, pois quando instituir a Câmara, o nome já esteja alterado. A Senhora Maria José Marinheiro (Maria José Tumbalalá) ressaltou a necessidade de instituição da referida Câmara e as dificuldades que teve o primeiro representante indígena, colocando que dificuldades financeiras e burocráticas impediram uma maior articulação e trabalho do referido representante. A Doutora Ana Cacilda Reis pediu que fosse definida ao final da Plenária, a composição e as atribuições da Câmara Técnica de Populações Tradicionais. Acrescentou ainda a importância do encaminhamento na Reunião Extraordinária, voltada à alteração da composição das vagas no Comitê, exclusivamente a pauta da questão dos povos indígenas que não entra na composição dos outros segmentos, e não ia entrar na discussão de percentual de representatividade de Sociedade Civil, Usuários e Poder Público. Os trabalhos foram reiniciados às 15 horas. O Doutor Jorge Khoury chamou todos para fazer as discussões acerca dos temas debatidos no Encontro. Informou que o requerimento de urgência que foi colocado para o conhecimento de todos e que daria um respaldo legal para que as deliberações

397 pudessem acontecer, foi assinado e teve o número de assinaturas necessárias para serem de fato
398 apreciados pela Plenária. A Senhora Yvonilde Medeiros fez as considerações acerca do tema
399 Agência de Bacia, destacando a importância da criação e o fortalecimento da Agência da Bacia do
400 São Francisco. A Senhora Yvonilde Medeiros prosseguiu reiteirando o papel da Agência e as
401 ações e providências para criação desta, ressaltou que estas preocupações devem conter em
402 documento. O ponto foi aprovado em seguida. A Senhora Yvonilde Medeiros acrescentou a
403 necessidade de instituição do grupo de trabalho responsável pela articulação e condução dos
404 trabalhos para a criação da Agência, com a participação das Câmaras Técnicas e Consultivas do
405 CBHSF, garantindo a ampla participação da sociedade, inclusive pactuando-a com os Estados, no
406 prazo máximo de um ano. Propôs realizar em Março/2006, Seminário entre os CBH's Afluentes e
407 demais atores para discutir a natureza da Agência, o território, a abrangência e critérios da
408 cobrança. Faz adendos no sentido de viabilizar estudos de apoio, estipular os princípios que
409 devem conduzir a Agência, garantir que as ações de revitalização, revisão do Plano, criação da
410 Agência e conclusão do Cadastro de Usuários sejam integradas, além de iniciar a articulação
411 entre os Estados para a construção do Pacto das Águas e promover a articulação com os Estados
412 e Municípios para que parte dos recursos da cobrança do setor elétrico possa viabilizar
413 inicialmente a criação da Agência. Prosseguiu propondo a criação de grupos de trabalho dentro
414 das Câmaras Técnicas. O Doutor Jorge Khoury informou o próximo tema para discussão: a
415 outorga e a Senhora Yvonilde Medeiros fez a leitura de Moção, solicitando a reavaliação da
416 outorga definitiva, concedida pela ANA, providenciando a elaboração de estudos complementares.
417 Esta é discutida e aprovada pela Plenária com o Doutor Jorge Khoury identificando um voto
418 contrário da Senhora Mylène Cunha, representando o Ministério da Integração e da Doutora
419 Alexandrina Sobreira. A Senhora Yvonilde Medeiros segue com leitura de proposta de moção
420 sobre o CERTOH – Certificado de Sustentabilidade Hídrica, salientando que é um documento
421 necessário quando se trata de obras de grande porte. Após a leitura, o Doutor Jorge Khoury expôs
422 o tema em discussão recebendo considerações dos Senhores Hugo Pereira, Francisco (Minas
423 Gerais), Roberto Lobo, Alex Gama, Alexander Max, Walter Cunha, Altamirano Lordello, Aurivan
424 Barros (Neginho Truká), Thomaz Machado, Alexandrina Sobreira e José Holanda. Após muitos
425 questionamentos acerca da avaliação do documento e apreciação das Câmaras Técnicas, Dr.
426 Jorge Khoury colocou em votação a proposta com as alterações sugeridas e assim foi aprovado
427 com três votos contra da Senhora Alexandrina Sobreira, Senhora Mylene Cunha e Senhor Pedro
428 de Souza (Pedrinho). Deu prosseguimento com o item seguinte, a Revitalização, passando a
429 palavra a Senhora Yvonilde Medeiros. É apresentado o documento à Plenária onde encontra-se
430 uma sugestão de critérios de seleção e hierarquização dos projetos a serem adotados pelo
431 Ministério do Meio Ambiente, na análise dos mesmos, no âmbito do Programa de Revitalização do
432 Rio São Francisco”. Informou que esse material não foi aprovado por Câmara Técnica, e sim
433 elaborado pela Diretoria Colegiada e encaminhado ao Senhor Maurício Laxe, durante uma reunião
434 com a presença da Senhora Mylène Cunha, do Ministério da Integração, e do Senhor Sílvio, do
435 Ministério do Meio Ambiente. Após leitura da proposta de moção, Senhora Mylène Cunha
436 esclarece que estes são critérios de seleção de projetos caracterizados como demanda
437 espontânea. Não são os mesmos critérios usados em projetos encaminhados como demanda
438 induzida ou como demanda técnica. O tema foi bastante discutido, ficando claro o
439 descontentamento dos membros do CBHSF com relação à forma como está se dando a análise
440 dos projetos que são enviados ao Programa de Revitalização do São Francisco. A discussão foi
441 suspensa, ficando para posteriores esclarecimentos. O Doutor Jorge Khoury abriu a discussão
442 sobre outro tema: a Representação dos Povos Indígenas, informando que o assunto foi discutido
443 amplamente pela manhã. A Senhora Yvonilde Medeiros fez a leitura da proposta de deliberação
444 que cria a Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais – CTCT. Após ampla discussão o
445 documento foi aprovado. O Doutor Jorge Khoury fez a leitura do encaminhamento apresentado
446 pelo Senhor Rômulo Leão. Neste há a recomendação de que as Reuniões Plenárias sejam
447 realizadas prioritariamente dentro da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Foi feito um outro
448 encaminhamento apresentado pela Senhora Ângela Bacelar com a proposta de solicitação de
449 reativação do membro suplente da COMPESA, tendo em vista que Pernambuco é outro Estado.
450 Afirma que a vaga de suplência está em aberto diferentemente dos demais Estados que têm dois
451 representantes, Pernambuco só tem um titular. Um outro encaminhamento apresentado foi feito
452 pelas quatro empresas solicitando um estudo no sentido de garantir a representatividade do setor
453 de saneamento no Comitê. O Doutor Jorge Khoury informou que iria fazer como foi explicitado o

454 encaminhamento para a Câmara Técnica Institucional Legal e o compromisso assumido de que
455 na próxima Reunião Plenária iria ter uma posição do Comitê. O Senhor Edson Ribeiro propõe a
456 alteração do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco no que diz
457 respeito a sua composição. O Senhor Antônio Gomes (Toinho) solicitou ao Comitê da Bacia
458 Hidrográfica do São Francisco a promoção de uma reunião entre todos os Comitês das Bacias
459 Afluentes do São Francisco e o próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco para
460 discussão dos termos de interesse e a definição de ações que possam efetivamente fazer com
461 que a revitalização saia do papel e se torne uma realidade. Há um encaminhamento do Comitê da
462 Bacia Hidrográfica do Rio Una, outra do Fórum Estadual do Comitê de Bacias Hidrográficas do
463 Estado de Pernambuco e outra do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca, solicitando uma
464 Agenda para discussão conjunta dos Comitês de supostas Bacias Receptoras e o Comitê da
465 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Ficou como sugestão para a pauta da próxima reunião
466 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Assim, são terminados os Temas Livres e
467 passa-se à leitura de mais duas Moções. A primeira delas é do Senhor Anivaldo Miranda onde há
468 a solicitação de substancial aumento aos recursos orçamentários a ser postos à disposição da
469 Agência Nacional de Águas – ANA. A segunda Moção foi dita de manhã, pelo Doutor Howard
470 Alves e formalizada pelo Senhor José Holanda. É a comunicação de que a próxima Reunião
471 Plenária deste Comitê venha realizar-se no Estado de Sergipe. As duas Moções foram aprovadas
472 por todos. O Doutor Jorge Khoury convidou a Dra. Alexandrina Sobreira para fazer a seção de
473 encerramento. Esta agradeceu a todos pela atenção e pela paciência, passando a palavra para os
474 agradecimentos da Senhora Yvonilde Medeiros e Senhor. Anivaldo Miranda. Frisou-se o
475 agradecimento ao apoio da equipe e dos colaboradores, salientando os serviços prestados pela
476 colaboradora Ângela Damasceno, informando que esta está se desligando do quadro de
477 funcionários do Comitê para desenvolver atividades na UNESCO. A palavra foi passada à Doutora
478 Alexandrina Sobreira, que agradeceu ao Doutor Jorge Khoury pela liderança, pela forma
479 disciplinada e sempre muito séria como ele impõe a sua presença, o conteúdo da sua experiência
480 política e dessa experiência técnica também como Secretário de Meio Ambiente e Recursos
481 Hídricos no Estado da Bahia. Não tendo mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às
482 21h15.

483
484
485
486
487
488
489
490
491

José Carlos Carvalho
Presidente Interino do CBHSF